



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 411ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 25 de maio de 2022.**

Realizou-se no dia 25 de maio de 2022, às 09h00, por meio híbrido, presencial e por videoconferência, a 411ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, realizada e transmitida do Plenário Prof. Paulo Nogueira Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/ Cetesb. Av. Prof. Frederico 7 Hermann Jr., 345. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Fernando Barrancos Chucre**, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Luiz Ricardo Santoro**, Secretário-Executivo da SIMA, **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e suplente do Presidente do CONSEMA, **Cassiano Quevedo Rosas de Ávila**, Subsecretário de Infraestrutura, **Cristina Maria do Amaral Azevedo** (SIMA/CPLA), **Marina Balestero** (SIMA/CPLA), **Sergio Luis Marçon** (SIMA/CFB), **João Thiago Wohnrath Mele** (SIMA/CFB), **Laura Montiel** (SIMA/CEA), **Ana Lucia Santana Seabra** (SIMA/PPP), **Gil Kuchembuck Scatena** (SIMA/SMA), **Lucila Manzatti** (SIMA/FF), **Domenico Tremaroli** (SIMA/Cetesb), **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel** (SAA), **Cel PM Dinael Carlos Martins** (SSP/CPAmb), **Maj PM Guilherme D'Artagnan de Carvalho e Silva Bopprè** (SSP/CPAmb), **Luiz Sergio Ozorio Valentim** (SES), **Juan Tarsis Gimenes de Almeida** (SLT), **Antonio Fernando Gimenez** (SLT), **Celso Yassumi Nomoto** (SCEC), **Luiz Eduardo de Oliveira Camargo** (SH), **Adriana Tedesco Telerman** (SDE), **Daniel Smolentzov** (PGE), **Anícia Aparecida Baptistello Pio** (Fiesp), **Gustavo de Castro Oliveira** (Faesp), **Luis Fernando Rocha** (MP/SP), **Waleska Del Pietro Storani** (CREA/SP), **Wanderley da Silva Paganini** (ABES/SP), **Rosa Ramos** (OAB/SP), **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** (OAB/SP), **Violeta Saldanha Kubrusly** (CAU/SP), **Mirtes Maria Luciani** (CAU/SP), **Cláudio Scalli** (Anamma/SP), **Andrea Cristina de Oliveira Struchel** (Anamma/SP), **Denise Croce Romano Espinosa** (USP), **Sandra Maria Carmelo Guerreira** (Unicamp), **Viviane Moschini Carlos** (Unesp), **Roberto Ulysses Resende** (Iniciativa Verde), **Fernando Gallardo Vieira Prioste** (ISA), **Gilda Helena Leoncio Nunes** (IIS), **Syllis Flavia Paes Bezerra** (Ecophalt), **Martha Martins de Moraes** (AAVA), **Jeferson da Rocha Oliveira** (IEPA), **Claudio Bedran** (Planeta Verde). Constavam do **Expediente Preliminar**: 1) Aprovação da ata da 410ª Reunião Plenária Ordinária; 2) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da **Ordem do Dia**: 1) Apreciação do **Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA** do empreendimento “**Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos Consimares – CTRC**”, de responsabilidade da Consimares – Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Metropolitana de Campinas. 2) Apreciação do Relatório Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Serra do Itapeti**. 3) Apreciação do Relatório Final da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre o recurso especial interposto contra o **Auto de Infração Ambiental – AIAe nº 20180228008858-1** em nome de **Edson Reginato Sobrinho**. O Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães** declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião ocorria por meio híbrido, por videoconferência e presencialmente. Esclareceu que a transmissão ao vivo da reunião pode ser acessada nas páginas “*ambientesp*”, no Youtube, e “*infraambiente*”, no Facebook. Saudou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

os interlocutores do Programa Município VerdeAzul e as autoridades presentes. A seguir, submeteu ao Conselho a Ata da 410ª Reunião Ordinária do Plenário que, dispensada de sua leitura, foi aprovada pela Presidência. Passou-se às **Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva**. O Presidente do CONSEMA **Fernando Chucre** saudou e agradeceu a presença de todos. A seguir, o Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães** convidou toda a sociedade para participar das próximas Audiências Públicas convocadas pelo CONSEMA, sobre o EIA/RIMA do empreendimento Contorno Ferroviário de São José do Rio Preto, de responsabilidade de Rumo Malha Paulista, realizadas nas respectivas datas: 31 de maio de 2022, no município de Cedral; 1º junho de 2022, em Bady Bassitt; e 2 de junho, em Mirassol. Informou que serão realizadas no formato híbrido, tanto por videoconferência como presencial, e para maiores informações sobre inscrição e participação, solicitou acesso ao site da Secretaria ([www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema/audiencias-publicas](http://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema/audiencias-publicas)). Em seguida, anunciou que tomavam **posse** no Conselho, em recente nomeação por Ato do Sr. Governador, a conselheira **Marina Balestero dos Santos** representando a SIMA/CPLA, a conselheira **Rosa Ramos** e o conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino**, ambos pela OAB/SP. O Presidente **Fernando Chucre** deu posse aos novos conselheiros, com votos de um bom mandato, e agradecendo a participação das conselheiras pelo período de contribuição nos anos anteriores. Em seu pronunciamento de posse, a conselheira **Rosa Ramos** registrou os agradecimentos às suas sucessoras, Sandra Medaglia e Paula Feldman. Relembrou que, desde 2003, tem atuado no CONSEMA, e que a OAB é cativa à casa, estando presente desde sua fundação. Frisou que o Conselho de São Paulo é considerado um laboratório para o país e desejou uma boa gestão ao Presidente. **Carlos Sanseverino** (OAB/SP) ressaltou sua alegria em retornar ao Conselho. Reforçou a importância da OAB/SP, como sociedade civil, em participar das Plenárias. Relembrou membros que fizeram parte da história do CONSEMA, como o Prof. Paulo Nogueira-Neto e saudou os representantes das entidades ambientalistas, externando o desejo da OAB/SP em participar de debates ativos, concitando a sociedade civil para as questões de mediação alternativa ao conflito, e ressaltou que o meio ambiente só será sustentável se puder ser progressista e evitar a judicialização. Reforçou a importância da participação do Ministério Público nos estudos do Conselho, e destacou a Cetesb como protagonista nos processos. Passou-se aos **Assuntos Gerais** e inclusões de urgência na Ordem do Dia. A conselheira **Violeta Kubrusly** deu boas-vindas aos novos conselheiros que tomaram posse, e externou sua satisfação com a renovação do convênio entre a **SIMA** (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente) e o **CAU/SP** (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo), que ocorrera no dia 17 de maio, para a continuidade dos trabalhos de atualização do compêndio da Legislação Ambiental. Trouxe destaque à Mirtes Luciani e Vera Luz, que também coordenaram os trabalhos. A conselheira **Sandra Guerreiro**, da Unicamp, registrou que considerou importante a retirada de pauta da 410ª sessão, e o não retorno para a atual, da discussão sobre o Projeto de Concessão do Petar (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira), sugerindo sua suspensão seguida de sua reformulação, e que contenha, como alicerces, a garantia dos direitos plenos, a participação cidadã, os direitos das populações tradicionais e a estrutura atual do uso público do parque. Sugeriu também que o Projeto passe primeiramente pela Comissão Temática de Biodiversidade, e, só depois de amplamente discutida, vá para o Plenário do CONSEMA. Destacou que, para chegar a estas sugestões, a Unicamp se baseou nas



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

informações retiradas da Ata da Audiência Pública ocorrida em novembro de 2021, e após se reunir com representantes de entidades ambientalistas e das comunidades locais, que alegaram problemas de transmissão dos trabalhos, considerando inclusive que as populações locais, em sua maioria, não tem acesso à internet, e, em muitos casos, limitações de disponibilidade de energia elétrica, além de alegarem falta de consulta transparente junto às comunidades locais, juntamente com protestos dos moradores quanto a concessão do Petar em relação à forma como o processo estaria sendo conduzido pelo Governo do Estado de São Paulo. Solicitou que seja dado encaminhamento à concessão apenas após consulta popular livre, espontânea e com tempo hábil para discussão, e que o Estado esteja efetivamente aberto a dialogar sobre outras propostas de parceria público-privada, e que não seja de monopólio de uma só empresa. A conselheira **Syllis Flavia Paes Bezerra** solicitou à Secretaria-Executiva, em um momento oportuno, a apresentação dos dois projetos da sua entidade Ecophalt, financiados pelo Fehidro, já finalizados e em fase de prestação de contas. Entregou ao Presidente Fernando Chucre um relatório sobre a quantidade de pneus que é descartado em cada município da Baixada Santista, e um adesivo, contendo um QR Code, que, ao clicar, é possível conferir um mapa temático desses locais, que também está disposto no site da Fehidro. Passou o restante de seu tempo de fala ao seu assessor **Andrés Vernet**, que alegou que a Cetesb não teria publicado os resultados sobre Logística Reversa desde 2018. Indagou sobre o fato do Termo de Compromisso da Abepec (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), com o sindicato Abipla (Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes), terem apenas sete empresas aderentes. A respeito disso, tentou coletar informações com a Abepec, a qual não obteve resposta; e com a Coalizão, que apenas disponibilizou dados nacionais, e não do Estado de São Paulo, como precisaria. Informou que o Termo da Fiesp, disponível no site da Cetesb, traz algumas informações sobre quantidade, mas não sobre qualidade e metas. Evidenciou também que nenhuma cooperativa teria sido beneficiada no ano de 2022, de acordo com os resultados da Fiesp e do Instituto Rever, e, ainda assim, o Ministério do Meio Ambiente publicara, no Facebook, que o leilão do dia 12/05/2022, realizado na Fiesp, beneficiara cooperativas. Revelou a preocupação das cooperativas com os baixos valores pagos pelo Sistema, dando o exemplo da Eu Reciclo, que cobra R\$ 700,00 dos fabricantes, e paga R\$ 76,00 às cooperativas. O conselheiro **Cláudio Bedran** solicitou informações sobre a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do Contorno Ferroviário de São José do Rio Preto. Demonstrou preocupação com a questão da pulverização da agricultura, lembrando que já havia solicitado, em 2012, quando era conselheiro do CONSEMA, um levantamento sobre a questão da poluição do ar na agricultura, o mesmo sem resposta. E reforçou a necessidade de obter informações para atuar com sugestões sobre o tema junto ao Conselho. Declarou, ao término, concordância com a fala da conselheira Sandra Guerreiro sobre o projeto de concessão do Petar. **Anselmo Guimarães** informou ao conselheiro Cláudio Bedran que a equipe da Secretaria-Executiva do CONSEMA, entrara em contato para passar informações sobre a Audiência Pública, e reforçou que as informações se encontram públicas no site do CONSEMA, na página de Audiências Públicas. O conselheiro **Roberto Resende** informou sobre o início ao Programa ReflorestaSP, a partir do Decreto 66.550/2022, que tem participado como convidado, e que estará acompanhando a discussão do Projeto Biota-Síntese, da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Ressaltou a necessidade de acompanhamento da



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

130 implementação do programa pelo CONSEMA, conforme estabelecido no Decreto, destacando  
131 a discussão sobre o Programa de Regularização Ambiental do Estado (PRA) no âmbito da  
132 Comissão Temática de Biodiversidade (CTBio), que considera ter tido avanços, demonstrando  
133 a importância do protagonismo deste órgão colegiado. Lembrou que o Código Florestal  
134 completou 10 anos, e que possui previsões explícitas para regulamentação que deverão ser  
135 executadas pelo CONSEMA, sendo que nenhum outro órgão poderá regulamentar, como por  
136 exemplo, as APPs de borda de Chapadas e Tabuleiros. O conselheiro **Fernando Prioste** fez  
137 registro de uma profícua reunião ocorrida no dia 24/05/22, no Vale do Ribeira, para discussão  
138 do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das comunidades quilombolas, que resultou no aferimento  
139 e na efetivação do cadastro dessas comunidades. Registrou também que a reunião contou com  
140 a presença de representações da Fundação Florestal, do Itesp (Fundação Instituto de Terras do  
141 Estado de São Paulo), da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Infraestrutura e do Meio  
142 Ambiente, com a presença ainda da conselheira Cristina Murgel e do conselheiro Sérgio  
143 Marçon. O conselheiro **Jeferson Rocha Oliveira** ressaltou a atuação nos últimos anos dos  
144 representantes das entidades ambientalistas do Vale do Paraíba, citando os ex-conselheiros  
145 Marcelo Manara e Marcelo Godoy, que inclusive apresenta o Programa Preservação Ambiental,  
146 da Rádio Canção Nova, no qual puderam contar com participação de ilustres convidados do  
147 Sistema Ambiental Paulista. Fez coro à questão colocada pelo assessor Andrés Vernet, com  
148 relação ao tempo de resposta da Cetesb para resposta, e propôs uma prestação de contas com  
149 dados, informações e estrutura da Companhia em Plenária do CONSEMA. Solicitou apoio à  
150 Fundação Florestal no reforço ao convite aos concessionários do PE Campos do Jordão, para  
151 entrevista no programa de rádio acima citado. O conselheiro **Sérgio Marçon**, representante da  
152 Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (SIMA/CFB), ratificou a informação acerca  
153 do andamento dos trabalhos da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas, em  
154 que um dos desdobramentos foi a profícua reunião ocorrida no Vale do Ribeira. Disse que o  
155 andamento da pauta sobre o PRA segue em discussão na CTBio, e que o relatório, que está a  
156 cargo do conselheiro Gustavo da Faesp (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São  
157 Paulo) deverá ser apresentado em junho. Informou a respeito da Operação Corta-Fogo que, nos  
158 dias 24 e 25 de maio de 2022, realizou o primeiro exercício de queima prescrita, chamado Piloto  
159 de Manejo Integrado do Fogo na Estação Ecológica do Jataí. O exercício contou com o  
160 envolvimento de todos os órgãos da operação, e também teve o envolvimento da Cetesb na  
161 autorização e do Corpo de Bombeiros na organização e planejamento e da liderança das equipes  
162 da Fundação Florestal no processo da queima. Destacou que a Operação Corta-Fogo está  
163 mudando o paradigma, e implementando o uso do fogo como instrumento de prevenção de  
164 incêndio florestal nas situações em que ele é controlado, levando em conta que serve para  
165 reduzir a biomassa e evitar catástrofes. Pediu, ao termo, apoio ao CONSEMA a respeito das  
166 ocupações irregulares que prejudicam as áreas de mananciais, e destacou que todas as equipes  
167 da força-tarefa da Operação Integrada Defesa das Águas, estão empenhadas nas ações lideradas  
168 pela Polícia Militar Ambiental, fruto de uma parceria com a Prefeitura de São Paulo, em que  
169 todos os órgãos da Secretaria da Infraestrutura e Meio Ambiente, Cetesb, entre outros, sendo  
170 que, na última delas, estavam todos mobilizados, desde às 7h00 do dia 25/05/2022, numa  
171 operação na zona sul de São Paulo, em Parelheiros, para retirada de postes e estruturas de  
172 loteamentos. O conselheiro informou que já ocorreram mais de 15 dessas operações, e que, no





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

seu decorrer, os agentes são surpreendidos por advogados e procuradores de associações de moradores, que apresentam liminares e medidas judiciais que impedem o avanço das operações. O conselheiro **Sérgio Marçon** explicou à conselheira **Rosa Ramos**, que solicitou maiores esclarecimentos, que esses documentos estão sendo compartilhados via WhatsApp, e o que se percebe pelos agentes, é que são decisões genéricas, que não dizem respeito àquele determinado loteamento. A conselheira **Rosa Ramos** solicitou a disponibilização dessas medidas para acompanhamento, e, presumindo que tais liminares dificilmente teriam sido emitidas sem o parecer e manifestação do Ministério Público, sugeriu que tal órgão possa também fornecer esclarecimentos sobre a motivação acerca de tais questões. O conselheiro **Daniel Smolentzov**, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), registrou que quando há essas medidas judiciais citadas pelo conselheiro Sérgio Marçon, como procedimento, a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade comunica a (PGE), que tem a área do contencioso, e que imediatamente vai buscar reverter a decisão judicial, garantindo a ação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. O Presidente **Fernando Chucre** lembrou que essas decisões apresentadas não especificam determinado local, e isso impede que a Secretaria faça qualquer tipo de ação de desfazimento em qualquer núcleo de determinada região. Reforçou que, em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais isso é comum, e sugeriu que o tema fosse discutido com maior profundidade para que não se impeça futuras atitudes efetivas em qualquer região. O conselheiro **Daniel Smolentzov** acredita ter vários caminhos jurídicos para garantir as ações da Secretaria e concordou em conversar com maior profundidade a respeito do caso e de ações futuras. Sugeriu que, antes da efetivação das ações, a PGE possa ser comunicada, e faça um levantamento no judiciário para verificação de alguma decisão para a região como um todo, sendo possível adotar medidas judiciais para garantir a efetividade das ações de fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. O representante do Ministério Público **Luis Fernando Rocha** informou que o Ministério Público acompanha alguns grupos, junto com a Polícia Militar Ambiental e a SIMA, através do Núcleo de Atuação Integrada, criado pelo Procurador Geral, Dr. Mário Sarrubo, voltado para a questão dos mananciais na Capital e na Grande São Paulo. Ressaltou que dentro da área de atribuição de cada um, há a participação de Promotores Cíveis e Criminais para investigar a questão de organização criminosa e envolvimento em outras esferas. Informou que é Coordenador e Secretário-Executivo do Gaema (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente), e colocou-se à disposição para empreender esforços na esfera de atribuição de cada um, para que tenha êxito nessas operações, e frisou que o Ministério Público também tem interesse em participar dessas discussões. O Comandante da Polícia Militar Ambiental, o conselheiro **Cel. Dinael Carlos Martins** esclareceu que havia uma decisão liminar na área em questão, que foi derrubada com a ação da Procuradoria Geral do Estado em segunda instância. Disse que a operação foi planejada e foram verificadas todas as decisões conforme o protocolo de ação, mas, ao chegar no local, os agentes se depararam com uma decisão liminar, genérica, que não fala da área em situação, e sim mais voltada à questão de habitação. Citou também que muitas dessas construções ali presentes não são residências habitadas. Reforçou que as ações destas associações precisam ser investigadas, que é um trabalho complexo, e que a Polícia Militar Ambiental está atuando conforme a lei junto com os órgãos envolvidos. O **Presidente do CONSEMA** comunicou que anotou várias das questões colocadas, mas, que muitas não tem



resposta de imediato, portanto informou que a equipe enviará as respostas depois. Solicitou que a Cetesb se programe para, em futura reunião, fazer uma apresentação sobre as questões colocadas. Reafirmou, a respeito do Petar, que a matéria foi retirada de pauta após reuniões com representantes do poder público, de comunidades e com pessoas que têm relacionamento direto com a questão da exploração das atividades turísticas no entorno do parque, e que foi tomada a decisão visando ouvir mais a população e decidir se ainda haverá algum ajuste antes de trazê-lo novamente à discussão no CONSEMA. Solicitou que o assessor Andrés envie as questões específicas por escrito, para que as respostas sejam enviadas o mais breve possível. E, por fim, sobre a questão dos loteamentos ilegais colocada pelo conselheiro Sérgio Marçon, disse que, atualmente, não são mais movimentos espontâneos de população vulnerável, e que há muita coisa por trás disso, e o que se precisa, de fato, é aperfeiçoar os mecanismos para se ter o máximo de eficiência nessas ações. Destacou que é preciso verificar o que a Secretaria e o CONSEMA podem contribuir junto com todas as entidades, para que se possa aperfeiçoar e aprofundar a discussão. O Secretário-Executivo **Anselmo Guimarães** passou então para o primeiro item da Ordem do Dia, a **Apreciação do Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos Consimares – CTRC”, de responsabilidade da Consimares – Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Metropolitana de Campinas**. A técnica **Luciana Frazão**, da Consimares, apresentou o tema. A técnica iniciou apresentando brevemente o consórcio e situando-o geograficamente, apresentando a participação de cada um dos municípios no volume de resíduos que serão gerenciados, a localização do aterro de Paulínia, onde tem sido dispostos os resíduos, e localização do terreno que a CTRC irá ocupar, que será em Nova Odessa. Explicou que a escolha do município foi precedida de estudos de alternativa de localização e tecnológica, e que foi buscada uma série de características, como baixa ocupação, topografia favorável, ausência de cobertura vegetal nativa, proximidade de vias de transporte, rede de energia, etc. Apresentou uma linha do tempo do desenvolvimento do projeto, desde 2019 até o atual momento, em que ele foi apresentado na reunião do CONSEMA, seguido de votação da LP. Destacou que a configuração geral da CTRC é de três Unidades, sendo a principal delas a Unidade de Recuperação Energética (URE), com capacidade para tratamento térmico de 708 toneladas por dia de resíduo sólido urbano com geração de energia. Apresentou uma planta de compostagem de resíduos orgânicos com capacidade para tratamento de seis toneladas por dia. Mencionou sobre a rota dos caminhões responsáveis pelo transporte dos resíduos, que não será alterada pois funcionará de acordo com cada município, e, como rota final, todos os caminhões irão passar pela Anhanguera, depois Estrada Marginal e o Sistema Viário de Nova Odessa, até a estrada Novo Vasconcelos. Também falou sobre o volume diário de tráfego, que é de 88 viagens ao dia, sendo 84 de caminhões compactadores de resíduos sólidos urbanos, dois de compactadores de resíduos orgânicos para compostagem e dois caminhões gaiolas para coleta seletiva e de reciclagem. Dissertou sobre a previsão de adequações, destacando atendimento às certidões de diretrizes viárias emitidas pela Prefeitura de Nova Odessa. Explicou sobre o uso da fonte de água do empreendimento, que é de poço profundo, de viabilidade de captação subterrânea emitida pelo DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) para exploração de 10 metros cúbicos por hora, sendo que, na fase da implantação, que vai durar 32 meses, o pico será de 110 metros cúbicos por dia, e na fase de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

operação 8.3 metros cúbicos por hora. Explicou que os efluentes líquidos gerados na fase de implantação vão ser destinados para rede pública da Coden (Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa), e na fase de operação, vão ser tratados internamente, sendo que 3,5 metros cúbicos serão utilizados no processo como reuso, e 2.9 serão lançados na rede pública de esgoto, também com anuência da Coden. Salientou que algumas estruturas têm proximidade com a linha de transmissão da CPFL, e também o coletor existente da rede pública para coleta de esgotos, ao qual a CTRC será conectada. Exibiu um vídeo que demonstra todo o funcionamento do sistema de tratamento de resíduos sólidos e geração de energia da CTRC. Apresentou um fluxograma também sobre o processo da URE, onde pode-se observar a entrada dos resíduos orgânicos, da coleta seletiva, dos resíduos limpos e secos que serão encaminhados para reciclagem, e a fração residual que, junto com rejeitos da triagem dos recicláveis e rejeitos da compostagem, seguem para o processo de tratamento térmico. Esmiuçou o funcionamento da recuperação de energia da URE, através do Ciclo Rankine Simples. Destacou que os gases e poluentes do processo de queima vão ser tratados antes de serem lançados na atmosfera. Explanou sobre o declínio no uso de aterros sanitários na União Europeia, e avanço do uso da reciclagem, expondo que já são quase 500 UREs em operação na Europa, e no mundo, cerca de 2.500. Evidenciou o Estudo Ambiental, onde foi definida uma área diretamente afetada e realizado um extenso diagnóstico ambiental que tratou de diversos componentes ambientais no meio físico, biótico e socioeconômico, incluindo levantamento de dados primários sazonais das regiões, no caso de água e biota aquática. Apresentou o entorno da CTRC destacando que foram priorizadas áreas com baixa ocupação residencial. Destacou ainda que, nessa região, foram identificados 23 impactos de alta, média e baixa significância, sendo dois deles positivos, e, após avaliações, considerando as medidas de gestão propostas pela equipe técnica envolvida, fazendo com que a relevância caísse para média e baixa. Realçou também que as medidas propostas estão alinhadas com a tecnologia usada e com as características operacionais. Contou que na avaliação de impactos ambientais foram conduzidos estudos específicos de dispersão atmosférica, análise de risco para a saúde humana, modelagem de decaimento sonoro, análise de rotas de transporte e estudo circunstanciado de risco, entre outros. Enfatizou os Programas na fase de implantação, sendo eles: Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras, que conta com o Sistema de Drenagem Provisória; o Programa de Monitoramento de Águas Subterrâneas e o Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar. Evidenciou que, no meio biótico, dado que foi escolhido um terreno sem vegetação, os impactos previstos foram relacionados à remoção de campo antrópico, supressão de indivíduos arbóreos, perda de habitats e perda direta de indivíduos. Nesse sentido, criou-se o Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna, iniciado na fase de planejamento, e contará com treinamento de operários e acompanhamento permanente de biólogos para inspeção visual das áreas antes e durante a supressão. Referente aos impactos do meio socioeconômico previstos destaca-se o Programa de Monitoramento de Tráfego Viário, que prevê treinamento e monitoramento de motoristas em relação ao atropelamento de fauna, para evitar esse tipo de perda. A Técnica da Consimares finalizou informando que a equipe técnica envolvida na elaboração do EIA concluiu que nem os impactos ambientais identificados é limitante a implantação e operação do empreendimento. Frisou que a viabilidade ambiental do empreendimento é garantida mediante as ações de gestão de desenvolvimento dos programas socioambientais propostas, nesse sentido, concluiu que a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

súmula do parecer técnico da Cetesb entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implantadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências técnicas definidas no parecer. Nesses termos, submeteu-se ao Plenário do CONSEMA o Parecer Técnico da Cetesb para verificação de interesse e apreciação. **Anselmo Guimarães** agradeceu à técnica da Consimares Luciana Frazão e passou para a fase de debates, propondo, como permite o Regimento Interno, duas rodadas de fala, uma de cinco minutos e outra de até três minutos, proposta acolhida pelo Pleno. O conselheiro **Luis Fernando** passou seu tempo de fala para o Dr. **Rodrigo Sanches Garcia**, do Ministério Público. Este informou que o Gaema/PCJ instaurou um Inquérito Civil para avaliar o processo de licenciamento da URE do Consimares. Nesse sentido, sugeriu a retirada de pauta dessa votação, para que haja maiores esclarecimentos, inclusive, por conta do próprio órgão ambiental, a Cetesb, que, na visão do núcleo, deixou de fazer determinadas análises que se fazem necessárias, que seriam objeto de questionamentos. Questionou que o Parecer da Cetesb, na análise do EIA/RIMA, fora disponibilizado junto com a convocação da reunião em questão, considerando um prazo exíguo para analisar um processo dada sua complexidade. Chamou a atenção para, na folha 17 do Parecer da Cetesb, a questão da localização do empreendimento, do risco ambiental e do zoneamento do local de instalação, que, apesar de estar situada em uma zona industrial de risco ambiental leve, sua operação trabalha com um risco ambiental extremamente alto, levando em conta que terá, em sua queima final, aproximadamente 708 tonelada de resíduos, com um processo de emissão de gases tóxicos, principalmente dioxinas e furanos, que é extremamente controlado. Reforçou que a Portaria Interministerial 274 de 2019 estabelece a necessidade dessas UREs terem um plano de contingência e um plano de emergência, dada a gravidade do risco ambiental. Chamou a atenção para, na folha 960, do Estudo de Impacto Ambiental, em que foram avaliadas Escolas de Educação Infantil, Postos de Saúde, Hospitais, etc., em que identificaram pontos de monitoramento para avaliar o risco de emissões de gases dessa Unidade, porém, certificou que o estudo desconsiderou que existem três captações de abastecimento público diretamente na área de influência do empreendimento. Destacou também a questão de que o processo de UREs, na Europa, não está em um processo crescente, pelo contrário, a Europa preconiza a economia circular e está deixando de financiar novos empreendimentos com essa característica. Ressaltou a falta de análise crítica da Cetesb sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos do consórcio, que deveria ter em todo Estudo de Impacto Ambiental. Lembrou que no plano de gerenciamento de resíduos do consórcio, o percentual de recicláveis, analisado pela revisão do estudo de resíduos do Consimares de 2021, na página 101, indica que os municípios de Capivari, Elias Fausto e Monte Mor não tem dados sobre o percentual de recicláveis que eles produzem. Nesse sentido, a URE analisada trabalha com um percentual de recicláveis de 2,5 toneladas aproximadamente, e com isso, só o município de Nova Odessa já corresponde a metade, aproximadamente, do total. Sendo assim, o processo de reciclagem do consórcio em si não será feito dentro dessa unidade, ele será predominante feito nos municípios, que ressaltou não ter dados confiáveis. Alertou para a transformação de resíduos não perigosos, que, no processo de queima, transformam-se em resíduos de classe um, altamente perigosos para o meio ambiente. E, por fim, sugeriu que a Cetesb faça uma reavaliação desses locais, a efetividade da taxa de recicláveis e o atendimento à política nacional de resíduos sólidos face ao licenciamento em relação ao plano de gerenciamento de resíduos sólidos do Consimares. O conselheiro





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Claudio Scalli**, representante da Anamma/SP, ressaltou a questão da reciclagem e da política reversa levantada por Rodrigo Sanches Garcia, salientando que caso esses pontos não forem tratados, não há a possibilidade de realizar o tratamento através da queima. Criticando a técnica de “incineração” de resíduos, passou a palavra para Dra. **Alexandra Facciolli**, integrante do Gaema/PCJ que reforçou o posicionamento de Rodrigo Sanches Garcia solicitando a retirada de pauta da Análise do Parecer Técnico do empreendimento da Consimares, tendo encontrado necessidade de complementação das informações para possibilitar a comprovação do que determina tanto a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, como a Portaria Interministerial 274, em seu artigo 3º. Corroborou que seria importante dar continuidade a esse procedimento de análise para trazer maiores subsídios e evitar futuras judicializações desnecessárias. Destacou o fato do serviço de Coleta Seletiva dos municípios não serem contemplados, questão que se aplicaria às exigências contidas no artigo 3º da Resolução SMA 117. Frisou que o que é proposto nesse empreendimento parte da premissa de coleta não seletiva, reforçado nas páginas seis e sete do parecer. Salientou que o volume de resíduos dos municípios, que totalizam 650 toneladas, serão praticamente todos consumidos pelo empreendimento, colocando os municípios em uma situação bastante vulnerável. Questionou o fato da Consimares não ter apresentado a lei autorizativa por parte das suas respectivas câmaras, por meio de um termo aditivo do contrato de Consórcio Público e da delegação, solicitando a apresentação de todos os municípios. Solicitou também que o projeto seja submetido novamente ao comitê de bacias do PCJ. O conselheiro **Roberto Resende** cedeu seu tempo de fala ao Dr. **Ivan Carneiro Castanheiro**, do Gaema/PCJ, que, por sua vez, reforçou o posicionamento colocado pela doutora Alexandra e doutor Rodrigo, e também solicitou suspensão da análise do Parecer Técnico pelo Conselho, e, caso vencida essa preliminar, que o julgamento seja convertido em diligência para devidos esclarecimentos, e, sugeriu para, em uma terceira hipótese, que o EIA/RIMA seja rejeitado. Destacou que alguns municípios posicionaram-se contrários ao empreendimento em reunião com o MP. Sugeriu que os representantes do Consimares, de antemão, se manifestassem concordando com o adiamento. Ressaltou a não obediência da Política de Reciclagem, citando o Decreto 10.936, de 2022, que fala da segregação de resíduos recicláveis, secos, mandando para aterro apenas rejeito o que não viabilizaria essa cerca de 708 toneladas no total. Levantou a questão da governança interfederativa, no âmbito Estatuto de Metrópole, que na Lei 13.089, de 2015, juntamente da lei complementar estadual 870, de 2000, prevê no seu artigo 10, inciso 4, que resíduos são um dos componentes de saneamento básico e que, por sua vez, os empreendimentos de saneamento básico devem ser apreciado no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da região metropolitana de Campinas, coisa que não aconteceu. Observou também a proximidade do empreendimento com a área urbana que, por possuir riscos decorrentes da operação, exigiria um plano de contingência e um plano de emergência que também não constatou sua elaboração. A conselheira **Syllis Flavia Bezerra** agradeceu a participação dos integrantes do Ministério Público. Citou que estava presente na audiência pública do empreendimento, enfatizando a participação de todos os promotores do Gaema de Piracicaba, que posicionaram-se contrários ao empreendimento, juntamente com as cooperativas, mostrando-se contra. Relembrou que, antigamente, quando era feito um empreendimento, primeiro o Conselho era exposto à súmula do parecer técnico, podendo-se avocar, para, apenas no mês seguinte, o Parecer ir para apreciação do conselho. Neste sentido,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

solicitou que fosse retirado de pauta o assunto. Mencionou a Lei Nacional de Resíduos, e expôs que a preferência é o uso de tecnologias que estão de acordo com a demanda ambiental, referindo-se a Biodigestão Neuróbica, citando a quantidade de resíduos orgânicos, e enfatizando que essa tecnologia atende a essa demanda, também transformando o resíduo em energia, além de trazer o biofertilizante. Evidenciou também que o custo da Biodigestão Neuróbica é inferior ao das UREs, e mantém a cadeira da coleta seletiva. Alegou que a comissão europeia teria abolido as UREs, não as considerando como sustentáveis e não destinar investimentos a elas. Citou que nos Estados Unidos 885 licenças teriam sido canceladas no período de 1985 e 1994. Decorreu também sobre o Japão, que teria encerrado a operação de 170 incineradoras. Frisou que, atualmente, não se ouvirá mais o nome “incinerador”, que teria sido substituído por Unidade de Recuperação Energética, que é a tecnologia *Mass Burning*, ou seja, a queima de massa direta de resíduos. Questionou o porquê de queimar, se é possível reciclar. Ressaltou que acredita que é interessante reverter o valor gasto em empreendimentos desse tipo em educação ambiental, destacando que ensinar as pessoas a separarem três frações, iriam pouquíssimos rejeitos para o aterro, não havendo a necessidade de grandes gastos. Questionou quem irá custear para manter a incineradora funcionando. Reforçou a ausência de um estudo científico comprovando o controle da emissão dos gases de dioxinas e furanos. Reforçou que o relatório do empreendimento não passou por avaliação do conselho regional da região de Campinas, e destacou a importância de ouvir-se as manifestações expressas sugerindo uma discussão entre os vereadores e procuradores do Ministério Público que mostraram-se contrários ao empreendimento para entender-se os motivos. Corroborou que o Conselho do Meio Ambiente que preservar, e é a favor do progresso, e o Brasil está indo na contramão. O conselheiro **Cláudio Bedran** iniciou sua fala questionando o que seria mais viável: a incineração ou continuar criando aterros sanitários. Salientou o fato de muitos municípios não terem mais locais para implantação de aterros, e, em contrapartida, relatou que, em sua ida a usina de tratamento, em Macaé, observou coisas que considera erradas, como por exemplo, a água que segurava os resíduos caminhavam por lugares que poderiam contaminar algum tipo de área de rios e mananciais. Reforçou a fala da conselheira Syllis, que ressalta a importância da reciclagem e salientou a importância dos prefeitos cumprirem com suas obrigações e leis que favorecem a reciclagem. Citou a fala do conselheiro do Ministério Público, em que fala do risco da prefeitura sair do consórcio, declarou que a partir do momento que o projeto é apresentado pelo Executivo e aprovado pela Câmara Municipal, o município não poderá sair com facilidade, e caso saia, perderia grandes direitos. Salientou que sentiu falta, no projeto, do impacto de vizinhança, em que, considerando o crescimento populacional, acredita que a distância entre o empreendimento e a zona urbana seja pouca. A conselheira **Valeska Del Pietro**, representante do Crea/SP (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), mencionou que também esteve presente na Audiência Pública, e evidenciou a importância de se explicar para a população as questões técnicas, tanto em seus processos de engenharia, e em tudo que se é envolvido. Falou que as cidades carecem de bons projetos que tragam tecnologia e soluções para os problemas. Queixou-se de que os resíduos, aterros, entre outros, causam impacto, e questionou uma solução para essas adversidades visando o processo de urbanização. Frisou que alguns pontos do projeto devem ser melhor discutido, mas também é preciso considerar soluções eficientes para assim gerar cidades inteligentes, levantando a questão de que muito se



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

fala em economia circular e educação ambiental, mas na prática, não é o que se vê, citando que não há reciclagem nas cidades, e que é tudo jogado. Reforçou, então, que se faz necessário um melhor olhar nestes projetos, não só focando nas desvantagens, mas que também é importante focar na engenharia do projeto como um todo. O **Secretário-Executivo do CONSEMA** passou a palavra para os responsáveis do projeto para responderem os questionamentos. O Superintendente do Consimares **Vladimir Ravagnani**, desenvolveu sua fala pelo Plano Intermunicipal, que, segundo ele, contempla todas as exigências do Plano Nacional. Afirmou que está presente a questão da reciclagem e a forma como será realizada; o crescimento de geração de resíduos, bem como o crescimento da população e a questão da logística reversa, não vendo o empreendimento sendo prejudicado por não ter resíduo no futuro. Justificou que a falta de dados de alguns municípios, na questão da reciclagem, é porque não existe coleta seletiva, ou existe muito pouco, e, nesse sentido, medidas já estão sendo tomadas, citou, por exemplo, que já está dialogando com o Ministério Público Regional sobre o que o consórcio está fazendo para o cumprimento das metas que o Plano Nacional coloca. Mencionou o Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, citado pelo senhor Ivan Carneiro Castanheiro, mas ressaltou a complexidade de um aterro sanitário na região. Sobre a questão da Biodigestão, citou um caso de um município próximo ao consórcio que possui um equipamento o qual não possui nenhuma utilidade, usando a expressão *elefante branco* e finalizou questionando se algum local consegue fazer biodigestão em grande volume. O **Presidente do CONSEMA** questionou se, nas discussões sobre o PDUI, a questão fora bastante levantada e discutida. **Vladimir Ravagnani** disse, então, que a questão de aterros e destinação de resíduos fora pouco discutida, e que estaria sendo retomada. O Coordenador Técnico do projeto Consimares **Antonio Bolognesi** declarou discordar da posição contrária dos conselheiros e representantes colocadas na reunião, citando uma natural insegurança diante de uma mudança na gestão dos resíduos no país. Citou que o Brasil discute a questão de forma consistente e ideológica, gerando uma cortina de fumaça para não mexer-se em nada. Trouxe como exemplo que, em 2010, quando publicou-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos, havia-se 40% dos resíduos sendo encaminhados para destino inadequado, e atualmente, em 2022, o número mantém-se o mesmo, sendo que esses destinos não são apenas lixões, mas também aterros sanitários. Citou o plano da europeu de acabar com os aterros até 2040, e que o Partido Verde da Alemanha reconhece que a melhor solução para os resíduos sólidos é o tratamento térmico através da incineração e recuperação de energia. Ressaltou que a proposta do projeto é extremamente segura e consistente, e que a respeito do local em que o empreendimento será construído, que foi citado que é uma área perigosa, próxima de residências e cidades, trouxe como exemplo a cidade de Paris, que possui 13 UREs idênticas a da proposta, que ficam em cidades, mencionando a de Viena, que fica ao lado de uma universidade, outra em Mônaco, a 500 metros do Palácio do Governo, entre outras. Destacando que as Unidades são invisíveis, sem ruído, cheiro, ou fumaça, não incomodando a sociedade, pelo contrário, resolvem um problema grave. Argumentou sobre relatórios que cita o aumento de resíduos na sociedade, e questionou o que será feito com eles, já que aterros sanitários vão ficar mais difíceis de serem implantados, levando em consideração que, atualmente, não se pode colocar em área de proteção ambiental e as que emissões produzidas para se levar os resíduos até esses locais irá aumentar, para fechar esse raciocínio, indagou se aterros sanitários são considerados seguros. Mencionou que o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

empreendimento considera a hierarquia dos resíduos sólidos prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, e que vai ocupar em torno de quatro ou cinco hectares, mesmo sua área total sendo de sete hectares. Aludiu ao fato de que a vida útil do empreendimento é de 30 anos, e afirmou que ao final de sua vida útil, o metal que sobrar, poderá ser 100% reciclado, fazendo um comparativo com aterros sanitários, que ocupam de 400 a 500 hectares, e, ao fim de seu ciclo, nada pode ser feito. Afirmou que o empreendimento não gera nenhum tipo de gás de efeito estufa, como o metano, explicando que todos os materiais são queimados e transformados numa cinza que pode ser utilizada em construção civil, e, caso sobre em torno de 3 a 4% do volume original, eles vão para aterro classe um. Destacou que a energia produzida será comercializada em leilões da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), incentivando a viabilização de uma solução de saneamento básico superior e frisou que existem 2500 projetos implantados ao redor do mundo, que funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana, com uma disponibilidade média de 95%, só não existe ainda no Brasil. Com relação à contaminação de águas, destacou que isso não será possível, pois todos os rejeitos vão ser líquidos, pré tratados e serão mandados para a rede de esgoto e finalizou enfatizando que a ideia é trazer para o Brasil uma nova tecnologia, melhor, completamente consolidada, colocando-o em um novo patamar de saneamento básico. O conselheiro **Domenico Tremaroli**, da Cetesb, relatou que, já em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos vislumbrava a eliminação de aterros sanitários, então, levando em conta que uma série de valores foram avaliados para os resíduos sólidos, como valor energético, ambiental e agrônômico, para que o resíduo não fosse simplesmente enterrado, tudo que foi deliberado na política foi com o objetivo de sair do patamar de enterrar resíduos e passar para outros estágios de utilização de uma rota tecnológica mais racional. Citou que a atual gestão, que começou com Marcos Penido, e vem agora com o Fernando Chucre, traz um olhar intenso para que nós possamos avançar na direção de novas rotas tecnológicas. Destacou alguns projetos já operando no Brasil, como a preparação da produção de CDR nas Unidades de recepção e tratamento de resíduos para ser utilizado como combustível, a URE, que é o aproveitamento de energia, e Unidades que vão no setor de gaseificação, de pirólise. Ressaltou que o objetivo é o melhor aproveitamento possível de resíduos, e o que cabe ao órgão ambiental licenciador ter conhecimento de todas as nuances das tecnologias que estão orbitando, sendo empregadas para, durante o processo de licenciamento, fazer e implementar a melhor abordagem de análise possível no sentido de assegurar que toda a população envolvida e o meio ambiente sejam protegidos no emprego de determinadas tecnologias que estão sob o processo de licenciamento. Citou que a Cetesb recebeu e desenvolveu os procedimentos de análise e realizou consulta a todos os entes intervenientes que são legalmente determinados. Atestou que recebeu a demanda do Ministério Público no dia 18/05/2022, com uma grande demanda de questionamentos, alguns que deveriam ser respondidos pelo Consimares e outras entidades, e informou que as perguntas destinadas à Cetesb já foi preparada resposta, que elas estão na máquina do conselheiro, faltando apenas assinatura e envio, mas que adiantaria duas dessas questões referentes a dioxinas e furanos, em relação a água e as concentrações para aquela comunidade no entorno, afirmou que elas foram estudadas dentro da modelagem e entendidas como seguras, disse que água e as dioxinas, elas não são compatíveis, ela não dissolve na água para ser incorporada no abastecimento público. Sobre a segunda questão, informou que o Comitê de Bacias manifestou-se preocupado em relação ao assoreamento e ao monitoramento,





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

o que foi compreendido, e frisou que a conversa continua, e que todas as tratativas que forem evoluindo entre empreendedor e Comitê serão trazidas ao processo e ressaltou que todas as questões levantadas pelo Comitê de Bacias não interferem na atual fase de Licenciamento e por fim, afirmou que as questões que necessitam de outro órgão consultado, seja como análise ou informação técnica, estará sendo encaminhada junto com resposta, e assim passou o restante de seu tempo para **Carlos Eduardo Komatsu**, da Cetesb, que explicou como fora feita a análise com base na legislação em vigor, em que se olhou o empreendimento naquele local, verificando quais requisitos legais que aquele empreendimento tem que cumprir para testar sua viabilidade ambiental, então o setor de resíduos sólidos consulta diversas áreas dentro da Cetesb faz uma análise bem ampla do empreendimento e dos impactos que ele pode causar, e, com base nessa análise, foi considerado que o empreendimento atende todos os requisitos legais nessa fase do licenciamento. Explanou que, referente a questão sobre as dioxinas e furanos, ela, eventualmente, poderia causar um impacto na captação, o que está sendo avaliado e será respondido isso para o Ministério Público. Esmiuçou o assunto falando que as dioxinas e furanos tem uma característica apolar, e por essa condição, ela é um poluente que é lipossolúvel, ou seja, ela se acumula nos tecidos adiposos dos animais pelo fato dela ser solúvel na gordura. Em relação a água, explicou que ela não é solúvel, então, nas estações de tratamento, ela vai eliminar todo particulado antes de ser encaminhada para consumo público. O **Secretário-Executivo do CONSEMA** convidou todos para a segunda rodada de debate. **Cláudio Scalli** cedeu novamente seu tempo de fala a **Alexandra Faccioli** que iniciou citando a premissa colocada por Domenico Tremaroli, sobre o que se cabe ao órgão ambiental competente na análise de viabilidade, que, em seu entendimento, analisar o empreendimento de recuperação energética apenas sob o aspecto isolado da Unidade em si, não se atende o que diz a Política Nacional de Resíduos, no artigo 9º. Também citou que não se atende o que diz a Resolução Conama 316, no artigo 24, de que deve ser contemplado a exigência de metas obrigatórias de coleta seletiva, e complementou dizendo que não se atende o que diz a resolução SMA n.º 117, no artigo 3º, que diz respeito aos aterros. Ressaltou que caso a viabilidade não seja realizada de maneira adequada, os municípios podem ficar em uma situação de extrema vulnerabilidade reforçando que, quando se pensa em política de resíduos, a viabilidade precisa ser analisada pelo aspecto ambiental, técnico, socioeconômico, e lembrou que o proponente deste projeto não é um empreendedor privado, e sim um consórcio de municípios que terá que cumprir um conjunto de obrigações legais que será cobrado em relação ao cumprimento pelo estado, pelo Ministério Público, ou pela sociedade. Corroborou dizendo que pede uma pausa na análise para a complementação desse planejamento e desses estudos de viabilidade. Frisou que o projeto como está, e considerando que a alternativa locacional levou em conta a proximidade do maior município, que é Sumaré, e até o momento, na Audiência Pública, a Câmara de Sumaré disse que não vê viabilidade no projeto, ressaltou que saindo municípios que são relevantes, esse projeto possivelmente não parará em pé, e a própria análise que foi feita também não se sustentará ou, no mínimo, terá que ser refeita. Relatou que o Ministério Público não está confundindo dioxinas e furanos com água, e que é a favor das tecnologias, da inovação da política, porém com um empreendimento que seja condizente com o longo prazo. Destacou o fato do proponente defender largamente a tecnologia proposta, mas o criticou por ignorar outras etapas, como a efetividade dos programas de coleta seletiva, e colocar tudo como se fosse uma



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

grande solução. Reiterou o pedido de retirada dessa análise para que haja tempo hábil para complementação e, sobretudo, manifestação dos prefeitos em relação à adesão para verificar-se o que foi apresentado até agora, solicitou também que haja novamente a submissão ao comitê, pois é uma etapa obrigatória, que o órgão do sistema foi cerceado em sua análise e não contou com a disponibilização integral dos dados. O conselheiro **Luis Fernando Rocha** passou a palavra para **Rodrigo Sanches Garcia**, que em sua fala chamou a atenção para o fato que, após oito anos de sua criação do Consimares, os municípios integrantes do consórcio não teriam implementaram acréscimos em sua coleta seletiva. Citou que, na Portaria enviada aos conselheiros pelo MP, concomitantemente à reunião, são apontados dados e páginas onde estão todas as informações, que valeria uma leitura mais detida pelos conselheiros. Observou que o projeto da URE, que trabalha em cima do Planares, tem atualmente uma taxa de reciclagem de 2, 3%, e coloca uma meta alinhada ao Plano Nacional, que é chegar em 2040 com 20% da taxa de reciclagem de resíduos sólidos, e que está na página 165 no Consimares, citada na Portaria, e, nesse sentido, fez um comparativo com o município de Londrina, que recicla, atualmente 21%. Questionou como irá trabalhar com um projeto de uma Unidade que vai receber todo o resíduo gerado no município, se ele se alinha a uma meta nacional que pretende ser atingida apenas em 2040. Destacou que a viabilidade do empreendimento precisará ser avaliada, pois se está falando de um processo de queima de resíduos que tem 35% de resíduos recicláveis dentro do resíduo urbano. Questionou caso haja redução de até 15% desses resíduos, a queima vai acontecer naturalmente ou vai ter que ser suplementada por gás ou por óleo diesel. Reiterou que o projeto fosse retirado para que os conselheiros pudessem analisar com mais detalhes os pontos e as informações colocadas. **Roberto Resende**, em seu tempo de fala, também solicitou a retirada do Plano para reanálise e complementação, e acredita que os representantes se equivocaram ao falarem que o empreendimento não possui nenhuma emissão de efeito estufa. Passou o restante do seu tempo para **Ivan Carneiro Castanheiro** que ressaltou a necessidade de participação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas na complementação das informações faltantes. Falou sobre a preocupação de que o empreendimento se inviabilize, no sentido de que 35% dos resíduos da Consimares são recicláveis, e o empreendimento está propondo apenas 0.82%. Ressaltou a importância da suspensão da análise do projeto para discussão com os prefeitos que englobam o consórcio. Reforçou a portaria disponibilizada e encaminhada aos conselheiros feita pelo MP. Citou que os municípios não terão resíduos em quantidades suficientes para cumprir um contrato de 30 anos com o empreendedor, e terão a necessidade de se comprar resíduos. Frisou que não terão incentivo para incluir catadores para fazer o ciclo de vida dos produtos de redução de geração, reaproveitamento, reciclagem e compostagem, e que será um período muito longo para uma tecnologia que vai utilizar praticamente todo o resíduo da região. Por fim, sugeriu uma adaptação desse projeto, visando que seria fundamental para que esse empreendimento possa ser planejado nos adequados termos. A conselheira **Syllis Flavia Bezerra** reiterou seu pedido de retirada do empreendimento da pauta, e frisou que em nenhum momento ouviu falar em como será a relação com as cooperativas. Alegou falta de divulgação da audiência pública, e destacou novamente a questão de ser um empreendimento de longo prazo, questionando quem irá sustentá-lo, entendendo que haveria necessidade de se importar resíduos, já que o Brasil não teria grandes quantidades de resíduos secos. Destacou também que, após a queima, seria



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

necessário o uso de um aterro especial, que custaria mais caro, não isentando o uso de aterros. A conselheira **Waleska Del Pietro** declarou concordar com diversos pontos da fala de sua antecessora, acerca da comunicação, e acredita que para um projeto ser efetivo é necessário fazer a integração de todos agentes que estão envolvidos, citando o poder público, a iniciativa privada, o cidadão e os catadores. Refletiu a necessidade de se cobrar também que as prefeituras envolvidas apresentem um plano diretor, de como tais questões tem sido tratadas nos seus municípios, a fim de se fazer uma projeção para as próximas décadas. O conselheiro **Wanderley Paganini** destacou que não acredita que se deva discutir a tecnologia do projeto em si, nem a filosofia comparada a outros países, e sim as condições de contorno que viabilizem financeiramente, socialmente, e o ambientalmente o projeto, destacando que acredita que o Ministério Público está prestando um grande serviço trazendo uma discussão complementar ao projeto. **Anselmo Guimarães** convidou, novamente, o representante do Consimares Antonio Bolognesi para tecer suas considerações. Este evidenciou que não se está discutindo a tecnologia, e sim as condições de contorno, questão que afirmou que não foi colocada no projeto, pois a questão ambiental é que estaria sendo avaliada, ela não faria parte da Gestão de Resíduos Sólidos, e sim do Plano Regional de Resíduos Sólidos, e disse que a responsabilidade da coleta seletiva é dos municípios envolvidos na região. Explicou que o Plano de Gestão Regional promovido e revisado pelo Consimares, ele já prevê a aplicação plena do Planares, que é o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que envolve a coleta seletiva, que vai ser implementada pelos municípios, enfatizando que o projeto não tem responsabilidades sobre a coleta seletiva, ao contrário dos catadores, que possui responsabilidades, e salientou que não procede a informação de que os catadores não foram ouvidos, pois foi contratado um consultor para se fazer isso, e que esse trabalho está disposto no EIA/RIMA, e evidenciou que está previsto, dentro do empreendimento, que deve ser submetido à consulta pública, e no edital do empreendimento proposto, a inclusão de um ou dois galpões em cada município para envolver os catadores, e ressaltou a obrigação do empreendedor em oferecer capacitação profissional para estes profissionais, de modo que eles possam ampliar os seus ganhos e trabalhar de uma forma mais profissional com relação a triagem dos resíduos. Com relação ao custo do empreendimento, destacou que ele será pago de duas formas, uma pela venda de energia no leilão da Aneel, e o restante será pago pelo custo do tratamento através dos cidadãos, conforme determina o novo marco legal do saneamento, e estendeu sua fala esclarecendo que na modelagem econômica se considerou o valor médio do que se gasta para fazer a destinação final em aterros, enfatizando que, na prática, não haverá custo adicional para o cidadão. **Domenico Tremaroli** informou ter respondido a última manifestação do Comitê de Bacias com resposta encaminhada no dia 09/maio. Ainda sobre esse questionamento, citou que a questão está sendo tratada e não tem nenhuma característica impeditiva para o Licenciamento Prévio desse projeto. Ressaltou que referente à gama de exigências de políticas públicas para a gestão dos resíduos, no que concerne à destinação final que é objeto do licenciamento, elas estão alinhadas com a questão de mudanças climáticas, de energia limpa, com todos os requisitos e exigências que se aplicam para esse ponto. Evidenciou que um projeto, uma vez licenciado, não necessariamente será implantado, ressaltando que o que está se trazendo no atual momento é um parecer sobre a alternativa tecnológica adotada no projeto, e destacou que outros aspectos não se resolvem nessa etapa do processo de licenciamento. O Subsecretário de Meio Ambiente



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

e suplente do Presidente do CONSEMA **Eduardo Trani** reverenciou o CONSEMA por, mais uma vez, se debruçar sobre um tema essencial da política ambiental. Relembrou que há 30 anos havia muitas dúvidas sobre rotas tecnológicas e optou-se por não se fazer inúmeras iniciativas por insegurança, e nesse sentido, afirmou que o conselho está avançando. Ressaltou que está totalmente satisfeito, não só pelo parecer da Cetesb, mas pelas sugestões que foram adendadas, e que há uma segurança sobre o tema. Destacou que acredita que se deve apostar nesse empreendimento, e que o que os representantes do Ministério Público apresentou, são cautelas que dizem respeito aos negócios da região. Enfatizou que após a implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que foi uma prioridade em São Paulo, foi solicitado que se mobilizassem os 645 municípios para que todos estivessem consorciados no mesmo patamar, realizando logística reversa, fazendo reciclagem em alto nível do dia para a noite, e evidenciou que isso não seria possível, e nesse sentido, ressaltou a fala do conselheiro Domenico de que não se pode fazer o licenciamento querendo, de antemão, resolver todos os problemas da questão regional. Relembrou que ainda terão outras fases subsequentes, que são a Licença de Instalação e depois a Licença de Operação, e caso essa concertação regional não ocorra, o negócio que está sendo proposto não terá andamento. Antes de finalizar sua fala, sugeriu que fosse adicionada uma emenda solicitando a apresentação de um Programa Ambiental que incentive a reciclagem nos municípios, o que implicará na negociação, conversa com os catadores, com os parceiros e prefeituras envolvidas. A conselheira **Syllis Bezerra**, em sede de questão de ordem, solicitou que se iniciasse a primeira votação fosse acerca do seu pedido de retirada de pauta, também registrado pelo conselheiro **Roberto Resende**. O **Secretário-Executivo** submeteu, portanto, ao Plenário, o pedido de retirada de pauta da matéria, sendo o mesmo **rejeitado** por 21 (vinte e um) votos, a saber: Fernando Chucre, Eduardo Trani, Cassiano Ávila, Cristina Azevedo, Sérgio Marçon, Luiz Eduardo Camargo, Ana Lucia Seabra, Lucila Manzatti, Domenico Tremaroli, Cristina Murgel, Sergio Valentim, Antônio Gimenez, Adriana Tedesco, Anícia Pio, Gustavo Oliveira, Rosa Ramos, Waleska Del Pietro, Violeta Kubrusly, Laura Montiel, Celso Nomoto, Ana Clemente. Os 9 (nove) conselheiros a seguir votaram *a favor*: Luis Fernando Rocha, Cel Dinael Martins, Sandra Guerreiro, Daniel Smolentzov, Martha Moraes, Jeferson Rocha, Roberto Resende, Syllis Bezerra, Wanderley Paganini. Não foi registrada *nenhuma abstenção*. O **Presidente do CONSEMA Fernando Chucre** registrou sua impressão sobre o processo que se transcorria por ocasião desta Plenária a partir de uma oitiva atenta, especialmente às questões colocadas pelo Ministério Público, mas também aos demais conselheiros presentes. Ressaltou que o debate ocorria para emissão ainda da LP (Licença Prévia) do empreendimento, mas cujo processo passara já por uma longa análise pela Cetesb, que, por constatação própria, historicamente e a partir de diversas oportunidades e discussões que tivera com o órgão, declara ter confiança em sua capacidade técnica. Até mesmo pelo fato de terem sido licenciados recentemente dois equipamentos similares, registrou ainda sua segurança, sob o ponto de vista da análise, no prosseguimento do processo e emissão da LP, sem prejuízo, por certo, a qualquer processo ou aprimoramento futuro até a emissão da LI (Licença de Instalação), bem como na incorporação da diversas contribuições que foram feitas naquele momento, buscando aperfeiçoar o modelo de operação deste equipamento em conjunto com os interessados, e principalmente com o Consórcio. Relembrou ter sido Presidente da Emplasa por 4 anos, estando acostumado a lidar com as questões e vantagens nas operações





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

dos municípios neste formato consorciado, como uma oportunidade importante de se aperfeiçoar políticas públicas de maneira em geral. Declarou que SIMA teria maior participação nesta discussão, tendo compreendido as questões ali colocadas. Todavia, solicitou que, naquela oportunidade, o Conselho se ativesse exclusivamente à análise técnica da Cetesb sobre a viabilidade técnica e, consequentemente, da emissão da Licença Prévia para esse empreendimento. Observando à solicitação da conselheira **Syllis Bezerra**, o **Presidente** sugeriu aos envolvidos que, além do diálogo com os prefeitos, de alinhamento político e entendimento do processo, fosse realizada, posteriormente, reunião aberta com os diversos interessados, sem prejuízo da continuidade da votação da matéria, por ser uma questão técnica e objetiva. Os conselheiros **Luis Fernando Rocha** e **Fernando Prioste** solicitam que a votação se desse em regime nominal. Com o consentimento do Plenário, passou-se ao processo de votação, **submetendo-se portanto o Parecer Técnico da Cetesb** com a emenda apresentada, qual seja, a recomendação que foi proposta pelo conselheiro **Cláudio Scalli**, e endossada pelo conselheiro **Eduardo Trani**, de que seja incluída como condicionante para obtenção da Licença de Instalação, a apresentação do programa ambiental de incentivo à reciclagem e coleta seletiva nos municípios que utilizarão o CTR, sendo a proposta então **aprovada** por 19 (dezenove) votos favoráveis, a saber: Fernando Chucre, Eduardo Trani, Cassiano Ávila, Cristina Azevedo, Sérgio Marçon, Luiz Eduardo Camargo, Ana Lucia Seabra, Lucila Manzatti, Domenico Tremaroli, Cristina Murgel, Sergio Valentim, Antônio Gimenez, Adriana Tedesco, Anícia Pio, Gustavo Oliveira, Rosa Ramos, Waleska Del Pietro, Violeta Kubrusly, Cláudio Scalli; registrando-se 4 (quatro) votos *contrários*, de Luis Fernando Rocha, Roberto Resende, Syllis Flavia Bezerra e Martha Martins de Moraes; e 5 (cinco) *abstenções*, do Cel. Dinael Martins, Daniel Smolentzov, Conselheiro Wanderley Paganini, Sandra Guerreiro e Jeferson da Rocha Oliveira, dando origem à seguinte decisão: ***“Deliberação CONSEMA nº 11/2022. De 25 de maio de 2022. 411ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova o EIA/RIMA do empreendimento ‘Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos Consimares – CTRC. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Aprova, com base no Parecer Técnico CETESB nº 055/22/IPGR sobre o respectivo EIA/RIMA, a viabilidade ambiental do empreendimento ‘Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos Consimares – CTRC’, de responsabilidade da Consimares - Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Metropolitana de Campinas. (Processo nº 207/2021, e-ambiente CETESB 073791/2021-28), com a recomendação de que seja incluída, como condicionante para obtenção da Licença de Instalação, a apresentação de programa ambiental de incentivo à reciclagem e coleta seletiva nos municípios que utilizarão o CTR.”*** Ato subsequente, o **Secretário-Executivo** propôs, em virtude do horário, o **adiamento dos dois itens remanescentes da pauta**, proposta **acolhida** pelo Pleno. Após os agradecimentos e cumprimentos do **Presidente Fernando Chucre**, e nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, **Anselmo Guimarães**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.